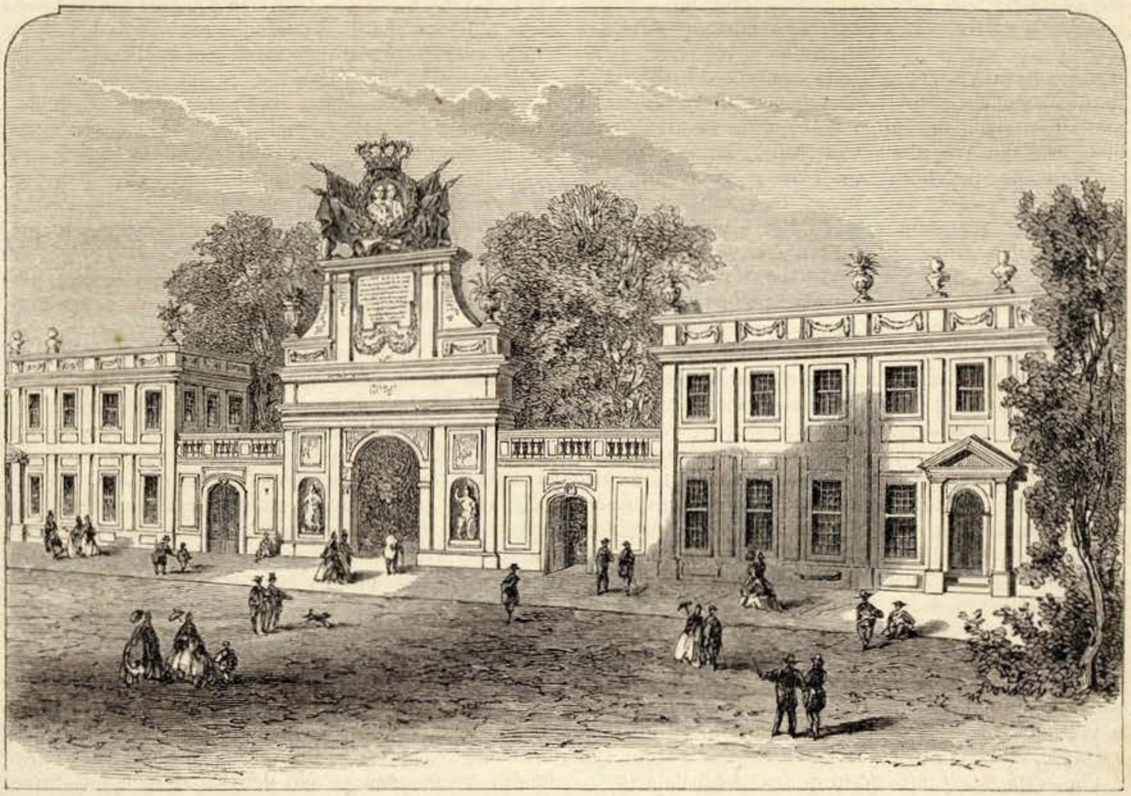


Palacio dos Seteais, em Cintra

CINTRA

PALACIO DOS SETEAIS

Á saída de Cintra, caminho de Collares, entre a estrada dos Pisões e a quinta de Penha Verde, fundada pelo grande vice-rei da India, D. João de Castro, estendia-se, ha pouco mais de um seculo, um vasto terreiro, que, apesar de ficar no dorso da serra, era perfeitamente plano. Do lado do sul elevava-se o vulto magestoso da montanha, vestido de arvoredos, semeado de penedos gigantescos, e terminando nos dois altos pincaros que servem de base ao castello dos moiros e ao palacio del-rei o sr. D. Fernando, então mosteiro dos monges de S. Jeronymo. Do lado do norte descia a encosta da serra, com grande pendor, e tambem toda eriçada de rochas e coberta de carvalhos e castanhaes, até a um valle muito profundo. Da parte de léste entrava no terreiro o caminho que vinha de Cintra, e na parte de oeste seguia a estrada de Collares, assombrada pelas arvores seculares de Penha Verde. Por conseguinte, para o lado do norte desfructava-se d'este rocio um extensissimo panorama, limitado pelo Oceano e por longinquas cordilheiras de montes, d'entre os quaes sobresaía o edificio colossal de Mafra.

Era, pois, aquelle formoso terreiro logradoiro publico, onde as ordenanças da villa e termo costumavam fazer os seus exercicios em um dos domingos de cada mez, e onde tambem concorria o bom povo de Cintra a recrear-se nos dias sanctificados.

Desde tempos muito antigos, um dos divertimentos predilectos da gente moça era ir áquelle rocio, á tardinha, despertar os echos que alli ha. Pela disposição dos pincaros da serra, formando um reconcavo no fundo do terreiro, as palavras proferidas em voz alta na extremidade norte do mesmo terreiro são repetidas pelo echo com muita clareza e por varias vezes. Dizem que n'aquelles tempos a palavra mais usada em taes exercicios era um *ai*, e que d'aqui viera o nome ao rocio, denominando-o *Senteais*, na opinião de uns, por parecer que a serra os sente e expressa; ou *Seteais*, segundo outros, crendo que o echo repete sete vezes a mesma palavra. Fosse, porém, qual fosse a etymologia do nome, o que é certo é que foi este ultimo o que prevaleceu.

No terceiro quartel do seculo passado, um negociante estrangeiro que veiu estabelecer-se em Lisboa, e aqui adquiriu consideravel riqueza, cujo appellido era Gildmestre, comprou ou aforou, provavelmente á camara da villa de Cintra, os terrenos que circundavam o terreiro dos Seteais pelos lados do norte e oeste, e n'elles fundou um palacio e quinta com grande jardim. O terreiro foi alindado e regularisado; orlaram-n'o com uma espaçosa rua de arvoredo; construiram no fundo o palacio; e pela frente, separando-o da estrada, pozeram-lhe uma gradaria de ferro com tres amplos portaes, e rematando nas duas extremidades de léste e oéste em dois pavilhões, tendo cada um a sua sala no andar nobre com janellas de sacada. Todavia, o terreiro dos Seteais continuou a ser, como anteriormente, logradoiro ou passeio publico.

Gozou Gildmestre por bastantes annos d'esta sua residencia de verão; porém, ou porque, vendo-se rico e ao mesmo tempo cançado das lidas mercantis, lhe chegassem com força as saudades da patria; ou porque, segundo algumas pessoas crêem, tivesse motivo

forte de desgosto com o governo portuguez, resolveu-se a liquidar a sua casa commercial, retirando-se logo para Inglaterra.

Posto em venda o palacio dos Seteais, foi comprado por D. Diogo José Vito de Menezes Coutinho, 5.º marquez de Marialva e 7.º conde de Cantanhede. Então começou para aquella residencia uma nova epocha de esplendor e animação, pois que o marquez de Marialva reunia a todos os dotes de um perfeito cavalheiro e verdadeiro typo da antiga nobreza de Portugal, uma das casas mais opulentas do reino, cujos avultados rendimentos dispendia com bom gosto e animo de principe.

Procedeu, portanto, este fidalgo a novas obras de aformoseamento: mandou adornar as salas com muito luxo, forrando-lhes as paredes com bonitas sedas e guarnecendo-as de ricos moveis. Acabados que foram todos estes arranjos, principiou o marquez a dar brilhantes funcções n'esta magnifica habitação. Alli teve a honra de receber a visita da rainha D. Maria I, do principe regente, D. João, e de sua esposa, a princeza D. Carlota Joaquina de Bourbon.

Solemnisou o marquez esta honra que se lhe fez com uma esplendida e apparatosa festa; e ainda não contente com essa demonstração do seu respeito e affecto á familia real, resolveu commemorar aquella visita com a fundação de um arco triumphal de marmore. E, coincidencias singulares da vida humana, esse monumento, levantado pelo nobre marquez como padrão de um successo que dera uma pagina brilhante aos annaes da nobilissima familia de Marialva, foi tambem para elle o marco que assignalou o termo da sua carreira no mundo. Erigiu-se o arco em 1802, e o marquez de Marialva, D. Diogo, falleceu no anno seguinte.

Com esta morte acabaram as festas no palacio dos Seteais, para nunca mais voltarem até ao dia de hoje. Cinco annos depois ainda veiu passar-se em uma sala d'este palacio um acontecimento, que lhe deu celebridade não só na historia de Portugal, mas tambem na da Inglaterra e na da França. Aos 31 de agosto de 1808 foi alli assignada a chamada *convenção de Cintra*, em virtude da qual evacuou o reino o exercito francez, do commando do marechal Junot, duque de Abrantes, que em novembro do anno antecedente entrára no paiz como amigo, e sem que se disparasse um tiro, apossando-se logo depois de todo o reino como inimigo verdadeiro que era. Em uma sala do palacio dos Seteais terminou, por conseguinte, quando ainda estava no primeiro acto, essa triste comedia que Napoleão I quiz, debalde, fazer representar a Portugal, dividindo-o, de mãos dadas com a Hespanha, como se o achára demasiadamente grande, em tres partes: uma, sob o nome de principado dos Algarves, em favor de Godoy, principe da Paz, o celebre valido del-rei Carlos IV; outra, com o titulo de reino da Etruria, para a infanta de Hespanha, D. Maria Luiza; e a terceira, que era a principal, por conter Lisboa e compor-se da Estremadura, com uma grande porção da Beira e do Alemtejo, ficaria, como o quinhão do leão, pertencendo á França até á paz geral, em que se decidiria da sua sorte definitiva.

O marquez de Marialva, D. Diogo, deixou um filho e tres filhas. Aquelle foi D. Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho, 7.º e ultimo marquez de Marialva, e 8.º e ultimo conde e 15.º senhor de Cantanhede, e que morreu solteiro em Paris, em 1823, sendo embaixador de Portugal junto del-rei de França, Luiz XVIII. As tres filhas foram: a 1.ª D. Henriqueta Maria Julia de Lorena e Menezes, duqueza de Lafões pelo seu casamento com D. João de Bragança, 2.º duque de Lafões; a 2.ª D. Joaquina de Lorena e Menezes, marqueza de Louriçal, mulher de D. Luiz Eusebio Maria de Menezes Silveira, 4.º e ultimo marquez de Louriçal, e 8.º e ultimo conde da Ericeira; a 3.ª D. Maria Margarida do Carmo de Lorena e Menezes, marqueza de Loulé, por ter casado com Agostinho Domingos José de Mendoça Rolim de Moura Barreto, 1.º marquez de Loulé, 8.º conde de Valle de Reis, 23.º senhor de Azambuja, etc.

Por morte do marquez de Marialva, D. Pedro, entrou na posse do palacio e quinta dos Seteais sua sobrinha, D. Anna Maria de Bragança Sousa e Ligne, duqueza de Lafões. Correndo litigio sobre esta herança, e provando-se não constituir vinculo aquella propriedade, passou, como partilha dos bens livres da casa de Marialva, para a marqueza de Louriçal. Fallecendo esta senhora no estado de viuva, e sem successão, foi sua herdeira a marqueza de Loulé, sua irmã, a quem succedeu na posse d'aquelle palacio e quinta seu filho, o sr. duque de Loulé, actual proprietario.

Todo este longo espaço de tempo, desde o anno de 1803 até nossos dias, tem sido para esta propriedade um periodo de continua decadencia. O marquez de Marialva, D. Pedro, em quanto a possuiu andou quasi sempre por fóra do paiz, nas embaixadas de que foi encarregado: ao imperador Napoleão I, em 1807; a Luiz XVIII, em 1814; ao imperador de Austria, Francisco I, em 1816, a negociar o casamento da archiduqueza D. Maria Leopoldina com o principe real D. Pedro, mais tarde imperador do Brasil e rei de Portugal; e depois d'esta missão novamente enviado á corte de França. Não foi mais feliz aquella propriedade sob a administração dos duques de Lafões. O palacio conservou-se sempre, ou quasi sempre, deserto; e a quinta maltratada. Melhorou um pouco em poder da marqueza de Louriçal, porque esta dama, apreciando devidamente tão bella residencia, alli costumava passar os verões. Porém nem o seu estado de viuva, nem a escassez dos seus rendimentos, lhe permittiam dar áquella habitação luxuosa a vida e brilho que ella requeria, nem cuidar da cultura e conservação da quinta como era mister. Depois da sua morte, a mão devastadora do tempo tem pesado livremente sobre esta malfadada propriedade, entregue ao mais triste abandono.

O palacio guarnece todo o fundo do vasto terreiro dos Seteais, convertido, pelo modo que descrevemos, em uma praça regular e formosa. Divide-se a frontaria principal do edificio em dois corpos, eguaes nas proporções e na architectura, tendo cada um no pavimento terreo oito janellas com uma porta no centro, e no andar nobre nove janellas; sendo coroados por uma batibanda ornada de vasos e bustos. Estes dois corpos são unidos por um arco triumphal e dois terrados guarnecidos de balaustrada. O corpo do edificio que fica á esquerda do arco tem pouco fundo, e sómente aquella frente nobre. Foi construido pelo marquez de Marialva, D. Diogo, para habitação dos criados, e com o fim, principalmente, de tornar mais bella e regular a frontaria geral do palacio depois da edificação do arco triumphal. O outro corpo tem mais duas fachadas, maiores que a que deita para o terreiro. Uma d'estas estende-se pela quinta; a outra cae sobre um grande jardim, muito inferior ao plano d'aquelle terreiro, de modo que o andar que é terreo na frente principal, é do lado do jardim segundo pavimento ou andar nobre. De todas as janellas do palacio se desfructam as vistas encantadoras que esboçámos rapidamente em outro logar d'este artigo. Todas as salas e principaes quartos do palacio ainda conservam nas paredes as sedas com que as mandou forrar o marquez de Marialva. Não sabemos, porém, se ainda alli existe a galeria de quadros a oleo colligida pelo mesmo fidalgo, e na qual se viam muitos paineis de merecimento. Causa lastima a ruina em que se acha este palacio. Modernamente abateu o tecto de uma ou mais salas!

O jardim conserva dos seus tempos florescentes o buxo, já selvagem e sem fórmas, e o grande lago circular de pedra, com seu repuxo, mas sem agua. A quinta mostra o mesmo estado de ruina. Dos seus pomares poucos vestigios restam; as ruas, outr'ora de arvoredo espesso, estão agora quasi de todo desassombradas de arvores; e a cascata apenas deixa ajuizar do que foi.

O arco triumphal é de marmore branco, ou pedra lioz. Foi construido com muita solidez e acha-se em bom estado de conservação. A gravura, em que elle está com exactidão representado, faz desnecessaria a descripção. Serve de remate ao arco, entre tropheos bem combinados e de excellente esculptura, um medalhão cingido de loiros, com a corôa real em cima, e n'elle os retratos em relevo do principe regente, D. João, e de sua esposa, que então representavam o sol nascente. Por baixo está gravada a seguinte inscripção:

Augusto Joanni Fidelissimo Principi Regenti Lusitaniæ gentis spei amori ac deliciis ob pacem desideratam innumerasque rex calamitosis temporibus non tantum armis imperii ab omni ævo semper invictis sed et sapientia prudentia et justitia animi sui regii optimis virtutibus feliciter preclarissimeque peractas Marchio Marialva hoc Monumentum C. Anno MDCCCII.

Diz em vulgar: O marquez de Marialva fundou este monumento no anno de 1802, em honra do augusto e fidelissimo principe regente D. João, amor e delicias do povo portuguez, e pela paz desejada e por outros innumeraveis beneficios realisados feliz e honrosamente n'estes tempos calamitosos, não tanto pelo poder das armas do reino, sempre e em todas as eras invictas, como, graças ás suas eximias virtudes, pela sabedoria, prudencia e justiça do seu real animo.

I. DE VILHENA BARBOSA.

D. JOÃO DE CASTRO

(Vid. pag. 257)

II

Correremos rapidamente os pontos capitaes da vida de D. João de Castro, porque está ella exarada em linguagem vernacula n'um dos poucos livros classicos que andam por todas as mãos. O formoso volume de Jacinto Freire é para nós um amigo de infancia; foi elle que primeiro nos enlevou com a narração d'aquelles *grands coups d'épeé* de que mad. de Sévignè tanto gostava. As escabrosidades da analyse grammatical e os terrores da syntaxe não nos impediram de apreciar aquelles romanticos episodios, e D. João de Castro, já em si de um caracter tão romano, participa tambem, como os heroes da antiga Roma, do privilegio de encher com a sua estatura descommunal os sonhos da nossa imaginação infantil. Difficil seria a lucta com tão popular narrador; está, como podem suppor, bem longe do nosso pensamento. O objecto d'este rapido estudo é apenas definir, tanto quanto em nós caiba, a indole d'esse grande homem, a missão que lhe coube desempenhar na India, e o papel que representou na nossa historia.

Indispensavel é, comtudo, avivarmos na memoria dos leitores os factos principaes da vida de D. João de Castro até que o chamou el-rei ao posto de governador da India.

Filho segundo de D. Alvaro de Castro, membro, por conseguinte, d'uma familia illustre que descendia dos reis de Navarra, e que entre os seus vultos celebres contava essa graciosa figura feminina, cujo tragico destino inspirou tantas vezes poetas de todos os paizes, a malfadada Ignez, D. João de Castro nasceu em Lisboa a 27 de fevereiro de 1500; applicando se ao estudo das mathematicas debaixo da direcção do sapientissimo Pedro Nunes, teve por collega o infante D. Luiz, filho del-rei D. Manuel. Foi D. João de Castro um dos discipulos que deram maior honra ao mestre, como o provam os tres roteiros que nos deixou, o do mar Roxo, o da viagem de Lisboa a Goa, e o de Goa a Diu. Como todos os fidalgos que seguiam a carreira das armas, foi passar o seu noviciado militar na rude eschola das guerras africanas, sendo em Tanger armado cavalleiro pelo heroico D. Duarte de Menezes. Quando o imperador Carlos V determinou destruir os corsarios tunesinos no seu proprio ninho, d'onde saíam como aves de rapina a infestar o Mediterraneo, pediu a seu cunhado o rei de Portugal D. João III alguns dos navios portuguezes, entre outros o celebre galeão *Botafogo*, que tinha uma reputação européa, e que era verdadeiramente, se o avaliarmos pelas relações contemporaneas, um colosso nautico, um *Great-Eastern* armado em guerra. Accedeu ao pedido o rei de Portugal, e entre os fidalgos que foram capitaneando os navios auxiliares lá ia o nosso heroe, que soube adquirir entre gloria de tantos uma especial distincção. Pouco depois partiu para a India na armada de D. Garcia de Noronha, commandando um dos navios, como elle proprio o diz, e não com praça de soldado, como o seu Plutarcho, Jacinto Freire, o assevera, mais curioso de encontrar na biographia do seu heroe factos que lhe proporcionem ensejo para ditos conceituosos, do que de manter a verdade historica em toda a sua severidade.

Na India militou com distincção, ainda que não houvesse, durante o tempo que por lá andou como subordinado, acções dignas de memoria. A de mais importancia foi a expedição do mar Roxo, commandada por Estevão da Gama, e em que D. João de Castro tomou parte; e ainda assim esteve durante essa viagem menos ocioso o astrolabio do mathematico do que o gladio do soldado. Voltando ao reino, já com muitos creditos de homem proprio para altas emprezas, recebeu missão de ir destroçar um d'esses corsarios normandos ou bretões que andavam pairando constantemente á roda dos nossos portos, espiando as naus desamparadas e salteando as que vinham sem escolta, levando, comtudo, severas lições quando os apanhavam em flagrante ou Duarte Pacheco ou D. João de Castro. Subindo sempre na confiança do soberano, apesar ou talvez por causa da modestia com que se arredava da côrte nas suas horas de ocio, para ir desafogadamente ler os seus classicos latinos ou folhear Ptolomeu e Strabão á sombra das arvores copadas de Penha Verde, em Cintra, foi D. João de Castro nomeado para o commando de uma esquadra que, de parçaria com outra esquadra hespanhola commandada por D. Alvaro de Bazan, devia offerecer batalha aos navios do celebre Hayraddin, então senhor de Alger, d'onde continuava a assoberbar o Mediterraneo, a despeito do poder de Carlos V e da fama do genovez André Doria. Ou aviso ou acaso, a armada de Hayraddin recolheu-se aos portos africanos, e a esquadra portugueza voltou para Lisboa.

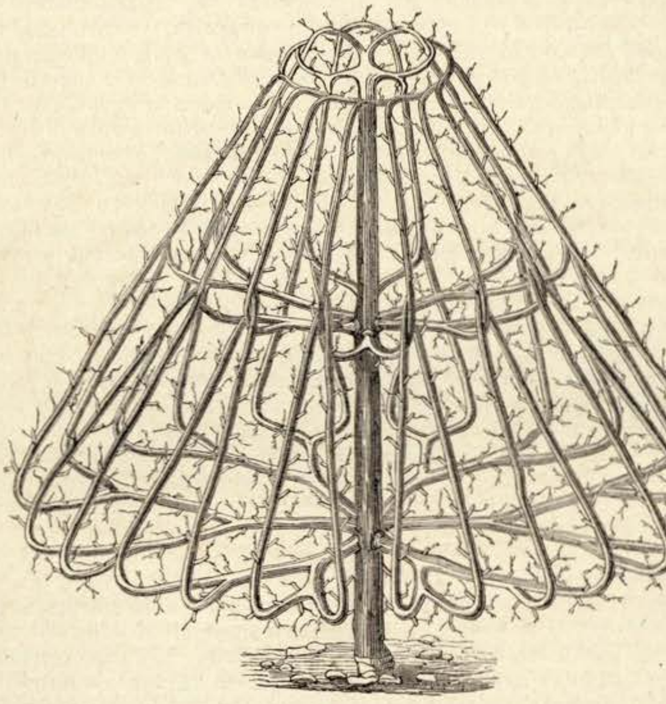
Estava n'essa occasião a findar o tempo de Martim Affonso de Sousa, que governava a India; procurava D. João III quem o substituisse. Fiel á antiga amizade que os unia, indigitou o infante D. Luiz o seu erudito condiscipulo. Era já grande a reputação do solitario de Cintra. D. João III accedeu á proposta do infante e fez a nomeação. A 17 de março de 1545, contando de edade 45 annos, partiu D. João de Castro a governar India.

III

Os tres annos de governo de D. João de Castro não se assignalam, repetimol-o, nem por novas conquistas, nem por importantes reformas. Não vem reis subjugados humilhar-se aos pés do governador portuguez,

como outr'ora aos pés dos proconsules romanos, nem a bandeira portugueza tremúla em novas fortalezas. Se algumas expedições de conquista emprehende, não consegue leval-as a cabo. Se envia seu filho D. Alvaro, a pedido dos moradores de Adem, para os proteger contra os turcos do Egypto e assenhorear-se d'essa importante cidade, encontram-n'a os portuguezes já em poder do inimigo e não ousam investil-a. Se manda Antonio Moniz Barreto a Ceylão para acceitar a vassallagem que um dos régulos da ilha offerece a fim de obter o auxilio dos portuguezes, encontra Antonio Moniz as disposições do régulo mudadas, e tem de fazer uma retirada pouco menos de desastrosa. Não parece tambem que elle houvesse concebido um plano de governo e um systema de reformas. Não brilha o seu governo por uma fecunda iniciativa, brilha por uma constancia a toda a prova nos negocios de guerra, por um sentimento vivissimo da honra da bandeira, por uma lisura quasi sem precedentes, por uma integridade austera e nobre, e pelo cumprimento inalteravel das regras da mais imparcial justiça.

Os seus antecessores faziam gemer a India com as prepotencias sem nome com que aviltavam os chefes dos estados, enviando-os a cada instante a Goa com algemas nos pulsos, como criminosos vis. Estava em Goa preso, quando D. João de Castro chegou do reino, o sultão de uma das Molucas; logo o sensato governador o restituiu ao throno com todas as honras da sua gerarchia, punindo o capitão que tão brutalmente procedêra contra o soberano de um paiz amigo ou mesmo vassallo. Costumavam os seus antepassados vender a peso de oiro a sua protecção, e abandonar



Pereira de fórma conica

tambem os protegidos quando a perfidia lhes rendia maior somma; offerecia o soberano das terras circunvisinhas a Goa avultadas quantias para que lhe fosse entregue um seu competidor ao throno, que se asylára junto dos portuguezes, chamado por elles e na sua protecção fiado; Martim Affonso de Sousa pendia a entregal-o; tudo mudou com a chegada do novo governador; Meale pôde estar seguro em Goa, e D. João de Castro preferiu ter uma guerra com o Hidal-Khan a enxovalhar com tão negra traição o estandarte hospitaleiro das quinas.

A dilapidação das rendas do estado, mal reprimida pelos governadores, que n'ella tomavam parte, diminuiu consideravelmente apenas tomou as redeas do governo homem a quem a sua immaculada probidade dava o incontestavel direito de ser severissimo fiscal. Soldados e generaes mercadejavam á porfia, e, apagado pelo desejo do lucro o sentimento do pundonor militar, lavrava nas nossas fileiras a deserção para o inimigo, assim que de lá promettiam avantajados soldos e grandes recompensas. Na praça de Diu, n'essa praça cuja defesa heroica ia assombrar o mundo, tomára a deserção taes proporções, que de seiscentos homens estava D. João de Mascarenhas reduzido a duzentos e cincoenta. Provinha esse mal tambem da pouca pontualidade com que eram pagos os soldados, preferindo os governadores que as tropas se pagassem pelas suas mãos nos saques das cidades inimigas, costumando-os assim a transformarem-se de militares briosos em piratas sem honra e sem lei. D. João de Castro, restabelecendo a disciplina, cuidando primeiro em pagar aos soldados do que em sacar os seus proprios honorarios, conseguiu reprimir essa vergonha suprema do nome portuguez.

Com este exemplo austero, com esta inflexibilidade de espirito temperada pela brandura do coração, soube D. João de Castro retemperar a indole portugueza effeminada e corrompida, grangear a estima dos indios, e insufflar nos soldados os velhos e olvidados brios que transformaram em heroes os defensores de Diu.

(Continúa) M. Pinheiro Chagas.

ARVORES DE FRUTA

DA MANEIRA DE CORTAL-AS E AFFEIÇOAL-AS SYMETRICAMEMTE

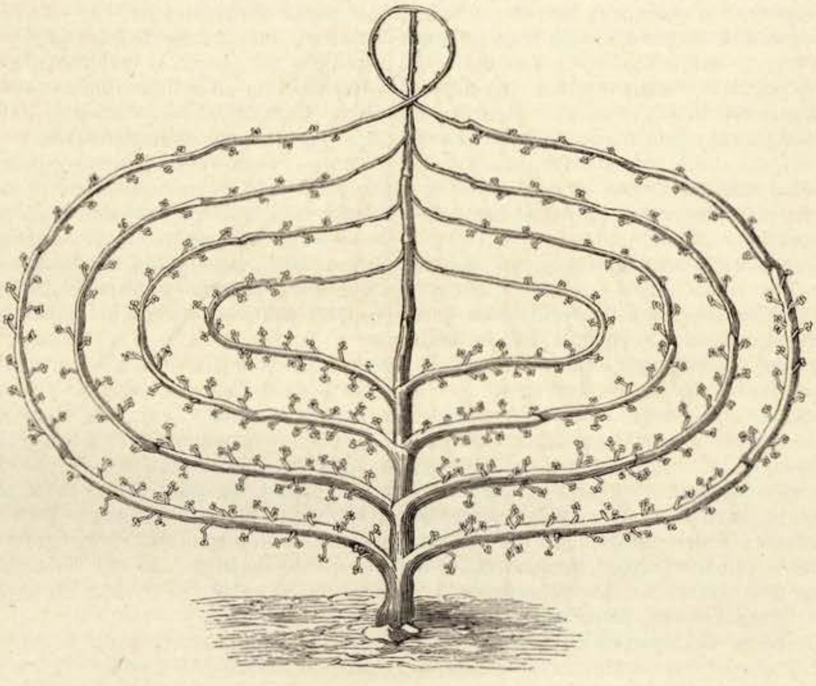
É uso hoje muito geral em França criarem as arvores fructiferas com fórmas symetricas obrigadas, de modo que, apresentando á vista feitios elegantes e variados, podem servir, e servem n'aquelle paiz, de ornamento aos proprios jardins, figurando a par dos

mais esbeltos arbustos de formosas flores. Cremos que principiou este uso fazendo-se paredes de arvores de fruta para guarnecer os lados das ruas das quintas, como nós aqui as costumamos fazer de vides.

Na introducção d'esta pratica limitavam-se a fazer uma grade de cannas, a que encostavam as arvores e prendiam os troncos e ramos, espalmando-os e obstando a que rebentassem ou deixassem braços para a frente ou para traz. Além do adorno das ruas tinha isto um fim economico. As arvores assim criadas dão uma colheita annual mais regular e mais egual que as que se criam em liberdade. Mais regular, porque estão menos sujeitas a perderem a flor ou o fructo, ainda imperfeito, quando as açoita a tempestade. Mais egual, porque todos os seus fructos são criados na mesma exposição ao sol nascente ou poente. Desenvolvem-se, por conseguinte, com egual força, e amadurecem ao mesmo tempo.

Depois, aperfeiçoando-se a pratica, cortavam-lhe os ramos mais fracos, a fim de que se fortalecesse a seiva dos mais fortes, e désse melhores fructos, e tambem para que estes ficassem desaffrontados da folhagem e mais expostos ao sol. A este aperfeiçoamento seguiu-se a idéa de enxertar os troncos da mesma arvore uns nos outros, de modo que, em quanto assim se augmentam as forças da seiva, fica a arvore transformada em uma grade natural, que dá novas condições de segurança ás flores e ao fructo.

Conseguindo isto, lembraram-se então, applicando o mesmo systema, de criar arvores fructiferas em separado, já em grandes vasos, já em terra plana, sob fórmas elegantes e variadas, com os troncos dispos-



Cerejeira em fórma de leque

tos segundo os preceitos da mais rigorosa symetria. E assim são constrangidas e affeiçoadas as arvores fructiferas a todos os caprichos da phantasia do lavrador, ou, diremos antes, do jardineiro, para que sirvam de adorno aos jardins e pomares, como outr'ora o buxo, a murta e o teixo, tosquiados em mil variados feitios.

O systema applicado em taes casos é o da enxertia, por aproximação dos dois troncos, executada, porém, com a maior delicadeza e perfeição.

Dependendo o bom exito d'esta operação da escolha dos troncos que se devem deixar, e dos que é mister cortar, com respeito a utilisar, fortalecer e bem repartir a seiva por todas as partes da arvore, é indispensavel conhecer perfeitamente a physiologia, constituição e condições naturaes do desenvolvimento da mesma arvore. É n'isto que se encerra a maior difficuldade, pois que demanda estudos especiaes. Quanto ao mais é facil, porque as arvores fructiferas, em geral, são doceis, isto é, prestam-se a receber todas as fórmas que lhes queiram dar. A conservação, porém, d'essas fórmas é que exige, como bem se póde julgar, a maior vigilancia e assiduos cuidados do agricultor.

As gravuras que offerecemos aos nossos assignantes representam uma pereira de fórma conica, similhante a um sino, e uma cerejeira espalmada, em fórma de leque, que foram expostas por mr. Croux no palacio do campo de Marte, em Paris.

I. DE VILHENA BARBOSA.

LUIZ DE CAMÕES

(Vid. pag. 251)

IV

No capitulo antecedente procurámos mostrar em breve epitome a significação nacional e patriotica dos *Lusiadas*. Quando a maioria das epopéas modernas nada tem commum com a historia da nação que as perfilha, quando vemos os poetas inspirarem-se de factos que desquadram formalmente da indole e das vivas recordações dos compatriotas para se fazerem cantores de estranhos, quando sobre os acroterios enramados se levantam os heroes fabulosos, deixando que o bolor do desprezo seja a unica purpura dos verdadeiros heroes, é justo saudarmos os que sentindo o

«......amor da patria não movido
De premio vil, mas alto e quasi eterno»,

transformam os fastos nacionaes em monumentos perduraveis, em obeliscos perennes.

Estes poetas, estes esculptores do ideal não são apenas a harpa eólia, o orgão hebreu dependurado no salgueiro, e cujas cordas resoam á mercê das lufadas; estes poetas, como se expressa a maior intelligencia da peninsula, são «os genios summos mandados pela piedade de Deus ás nações que tem de morrer n'uma lenta e vergonhosa agonia, para lhes allumiar o sepulchro com um raio de gloria [1].»

Indicado, portanto, o valor dos *Lusiadas* como epopéa nacional, parece-nos que poderemos incorporal-os com os demais lavores poeticos de Camões, sem ter de os sujeitar a um exame individual e detido. Desde os *Commentarios* de Manuel Corrêa até á esmerilhação do ultimo commentador possivel, centenas de criticos tem descido á observação microscopica das pausas e das cesuras. Os *Lusiadas* não tem desvão que não fosse devassado, nem canto escuro onde os forrageadores deixassem de esquadrinhar e remecher; os versos foram levados, um por um, á fornalha do bom gosto, e os cadinhos tem rebentado ao fogo intenso da analyse.

Este modo de julgar os escriptores é o que menos póde admittir-se no estado a que chegou a critica. O poeta deve de ser julgado pela feição do seu talento, pela influencia da sua obra, pelo alcance do seu pensamento, mas não póde ser levado ao estalão dos rethoricos, nem passar pelo exame sanitario dos pedagogos e dos sapientes.

A fórma é uma questão secundaria; para isso ha o direito escripto dos compendios. O que é assumpto capital n'um trabalho de critica litteraria, é mostrar o sentido, o rumo, o pendor do engenho que se aquilata, e saber o que elle foi em relação ao seculo em que viveu e aos seculos que lhe succederam.

Desfiar um poema verso a verso para ver se as feveras do linho são rijas ou quebradiças, é, sobre tudo, desmanchar a téla onde se ostentavam as galas do matiz e a perfeição do urdimento, para chegar á conclusão gasta e revelhusca de que em toda a obra humana ha imperfeições e desapuros. A critica philosophica nada ganha com o resultado, mas avoluma-se com elle o tomo das maximas e dos aphorismos.

«O poeta não é um homem, disse ainda ha pouco uma das mais viçosas imaginações do nosso paiz; é o espirito de uma nação e de uma epocha.» Luiz de Camões ajusta perfeitamente n'esta definição arrojada. O que n'elle realça é um portuguezismo sem mescla, uma enorme nacionalidade. N'aquelle peito ferve o sangue de um povo, e n'aquella mente agitam-se e tumultuam os sonhos e os anhelos de todos os conterraneos. Elle não é um inspirado que atravessa o mundo recitando as suas trovas, ora joviaes ora plangentes, segundo o amor lhe poisa no coração ou a saudade o contorce; é o genio da patria que se encarnou para contar o que sente, para dizer o que aspira, para confessar o que pensa, para se queixar do que soffre. Foi por isso que quando a monarchia succumbiu sob o ferro africano, o poeta inclinou a cabeça e expirou, ferido pelo mesmo golpe. *Não contente de morrer n'ella, quiz tambem morrer com ella;* escrevia elle a D. Francisco de Almeida.

Esta ligação intima, ou, para melhór dizer, esta mesmeidade absoluta, é o que faz de Camões o poeta popularissimo por excellencia. O paiz revê-se n'elle, porque se espelha na face vasta e serena d'esse oceano; tem alli a sua historia, o seu passado, o seu sacrario de recordações gloriosas e de sentimentos patrioticos, e gosta de contemplar-se n'aquelle cristal, ornamentado pelo finissimo oiro e pelos relevos e adornos de uma phantasia creadora.

Camões tem de ser visto, antes de tudo, no seu ponto culminante de nacionalidade e de patriotismo, para depois entrar na linha geral dos poetas e occupar a séde magestatica, a que, sem dúvida, tem direito. Insistimos n'esta verdade por vermos que a maior parte dos escriptores que se tem dado ao estudo litterario do nosso epico, descuraram este lado, o mais notavel de certo, para se alargarem em florilegios eloquentes, em imagens mais ou menos consentaneas. A facundia matou n'este caso a logica, e as folhagens e enredamentos do estilo diserto substituiram a recta de uma apreciação sensata.

Quando se diz, lembrando a opinião de um homem celebre, que se Portugal perdesse os seus monumentos litterarios, excepto os *Lusiadas*, bastariam estes de per si para constituir uma litteratura; quando se diz tal conceito, repito, affirma-se uma verdade completa. É porque em todos os poetas, mais ou menos distinctos, ha o modo de sentir particular e restricto, ha a personalidade, o geito, a physionomia colorida pelos mestres, ha os ares vagos e indefinidos de quem não trouxe do ventre materno o caracteristico de familia; em quanto Luiz de Camões representa a grande inspiração da patria, o verbo de uma nação inteira.

Resumir em si um povo ou um seculo é privilegio dos talentos superiores; esta união hipostatica do espirito de milhares de homens com o sangue e a carne de um só homem demonstra o poderio dos eleitos. São estas reflexões as que primeiro salteiam quem folheia e medita as paginas dos *Lusiadas;* comprehende-se então por que esse livro se vulgarisou como nenhum outro, por que nos acompanha da meninice á decrepidez, por que a despeito da animadversão dos censores catonianos trezentos annos tem passado sem que o paiz se farte de o applaudir e relembrar. Vem de revés o que Garrett escreveu algures: «nenhuma coisa póde ser nacional se não é popular.»

Isto, exactamente, explica a nossa devoção por esse genio que responde ao sentimento geral, como explica o amor da França por Voltaire, que symbolisa o espirito gaulez em toda a sua amplitude sarcastica e irrequieta, e como tambem nos prova que, na Grecia antiga, a admiração que chegava até a erigir templos ao rapsodo de Ilion não era mais que a idolatria dos proprios feitos e o endeusamento das heroicas tradições.

Para avaliar Camões como poeta, depois de o admirar no conjunto das suas virtudes civicas, é indispensavel attender ao estadio que o separa dos outros poetas que, como elle, formam cyclo. É ainda com o paladar arranhado pela versificação de Antonio Ferreira e com o ouvido cheio das moralissimas parlendas de Sá de Miranda, que a gente deve transpor o jardim das hesperides, reclinar-se á sombra dos bosques e dos belvederes engrinaldados, dar pasto ao coração com os accentos de um canto novo, e deliciar-se com o murmurio dos arroios camonianos. O unico poeta que antes d'elle havia acertado com a pura e doce clave do enternecimento fôra Bernardim. Esse, já no livro das *Saudades*, tanto no solau da ama como no romance de Avalor, soubera desferir com a melancolia da rola as notas de um queixume sentido. O alaude portuguez resoára com a melodia de um simples lyrismo, para ao adiante, passando ás mãos vigorosas do cantor de Ignez, se desatar em turbilhões de escalas, de volatas, de requebros e de canções apaixonadas.

Quem se tem dado á leitura dos poetas que, a partir do amante de Beatriz vem terminar com a dominação castelhana, conhece o que, em relação á fluidez, ao concertado do rythmo, ao meigo cormentalismo, á verdade descriptiva, á delicadeza de sentimento, existe de superior na obra poetica de Luiz de Camões. No grupo, a que não faltam figuras gentis e garbosas, a do soldado da India domina com a serena magestade da realeza; cae sobre esse cortejo guapo a boa sombra dos seus louros.

[1] A. Herculano — *Introd. á Paquita* do Bulhão Pato, pag. XIX.

Os que olham pela rama as nossas coisas litterarias, seduzidos pelo *som alto e sublimado* da epopéa, avassallados pela estrupida dos esquadrões bellicosos e pelo ranger dos dentes d'esse gigante, cujos amores o poeta descobriu,

«Correndo o véo dos interpostos seculos;»

mal suspeitam que veios de metal preciosissimo se alongam e enredam sob as arcarias de outras minas menos anfractuosas.

Nos proprios *Lusiadas*, n'esse soberbo morro de granito, ha talhões de uma verdura primaveral, rosas de uma fragrancia exquisita. A imaginação do poeta arremessa-se a topetar com os astros, depois desce e descança com a morbidez das odaliscas sobre o tapete fofo da relva, e deixa-se estar, scismadora e saudosa, a estender a vista pelos horisontes desanuviados.

Eu não conheço em nenhum outro poeta versos mais perfumados pela tristeza augusta do mar que os da terceira estancia do canto v.

Vasco da Gama acabára de traçar a peripheria da Europa, a historia das façanhas portuguezas desdobrára-se ante os melindanos como uma tapeçaria vistosa, a tuba soltára os trechos mais canoros de enthusiasmo effusivo; é então que o illustre descobridor descreve a partida da armada. Os olhos arrasam-se-lhe involuntariamente de lagrimas, a voz sae entalada em soluços mal comprimidos, aquella cabeça que ousou erguer-se para fitar de rosto o Adamastor, curva-se ao sôpro de uma lembrança dolorosa.

«Já a vista pouco e pouco se desterra,
Daquelles patrios montes que ficavão:
Ficava o caro Tejo, e a fresca serra
De Cintra; e n'ella os olhos se alongavão.
Ficava-nos tambem na amada terra
O coração, que as magoas lá deixavão:
E já depois que toda se escondeo,
Não vimos mais em fim que mar e ceo!»

Aqui a belleza, a uncção, está em cada verso, em cada palavra. Conhece-se que estamos ouvindo a deusa da poesia maritima, não porque a estancia tenha o minimo vocabulo convencional e technico, mas porque em toda ella ha a vaga sensibilidade que experimenta o que sae dos braços da mãe ou da esposa para se aventurar a perigos desconhecidos.

Um traductor dos *Lusiadas*, mr. Millié, confessa que não póde achar equivalente para aquelle *alongavão* tão natural e tão triste; os olhos estendem-se para a crista da serra, e a serra vae-se enfumarando, enfumarando, até se confundir com o cinzento dos ares [1].

Já que insensivelmente tocámos n'esta parte, vejamos Camões como poeta maritimo e como desenhador dos successos naturaes e dos phenomenos. Será a linha descriptiva a primeira que estudaremos na sua rasgada physionomia; veremos então que foi elle quem encetou entre nós este genero, que tão insignes representantes havia tido na antiguidade, e que só áquem do nosso poeta veiu opulentar os fastos da litteratura patria.

Em Camões, digamol-o uma vez por todas, ha a flexibilidade de um talento prodigioso; queremos achar a protuberancia d'aquelle espirito, e achâmos que elle é um cristal de faces isogonas, que tão bem reflecte os intimos pensamentos, ora arrojados ora maviosos, como os quadros do mundo exterior e sensivel.

Não iremos, lanço a lanço, demonstrando as perfeições e os apuros de tão grande monumento, mas teremos de apontar os lavrados mais primorosos e os contornos mais delicados.

Não era para as breves dimensões de um bosquejo, mas sim para a vasta área de um livro, que este assumpto, de si tamanho, deveria destinar-se; assim, teremos de encurtar a mão em muitos logares e de restringir a acanhados limites aquillo a que, n'outro caso, se teria de dar toda a grandeza e plenitude.

O poeta não carece de suffragio universal para se assentar no throno dos principes do talento; mas os que proclamam essa soberania é que se desobrigam de um alto dever de consciencia.

(Continúa) E. A. Vidal.

[1] J. S. Ribeiro — *Os Lusiadas e o Cosmos*, pag. 8.

O PRESTES JOÃO DAS INDIAS

(CONTO POPULAR DE TRUEBA)

I

Não basta que os contos populares sejam recreativos: é mister que ao mesmo tempo que recreiem, instruam. O que vou contar não sei se póde satisfazer a primeira condição; mas de certo satisfará a segunda, por quanto o que ler saberá quem era o Prestes João das Indias, a quem todos nomeiam, e quasi todos conhecem só de nome. Quer satisfaça, quer não, ahi vae.

Pois, senhores, havia nas Indias um rei muito poderoso, que não tinha outro successor directo senão uma filha de tres ou quatro annos. Sentindo-se muito doente, chamou a todos os grandes do reino, e disse-lhes:

— Ando tão doente ha tempo a esta parte, que será milagre não fechar os olhos antes de oito dias, e na verdade muito me incommodaria ir-me tão depressa d'este mundo, porque desejava deixar casada minha augusta filha e sua alteza é ainda uma criança. Affirmo-vos que a morte importa-me pouco, porque para morrer nascemos todos, e, que demonio! tanto vale morrer hoje como no outro dia; mas não digo outro tanto ácerca de verificar-se o casamento da pequena hoje ou ámanhã, por certa razão de estado, com um principe que ella não visse com bons olhos.

— Senhor, respondeu um dos homens politicos mais importantes do reino, faz muito mal vossa magestade em se incommodar pensando n'isso. Quando a princeza se ache na edade de tomar estado, casar-se-ha com o principe que mais lhe agrade, e se houver no reino quem se atreva a oppor-se á liberrima vontade de sua alteza, verá vossa magestade como fustigaremos o ousado.

— Ah, ah! Tu julgas que eu engulo todas as patranhas? replicou o rei expressando a sua incredulidade com uma gargalhada. Bem sei quanto valem os partidos politicos! O que esteja por essa occasião no poder apresentará a minha filha o seu candidato, e a rapariga terá que acceitar, não o marido que mais lhe agrade a ella, senão o que mais agrade aos seus ministros, os quaes para satisfazer os bastardos interesses de partido a farão casar ainda que seja com o moiro Muza.

— Mas, senhor, tenha vossa magestade presente que este paiz é eminentemente monarchico...

— Sim, como se não estivessemos todos os dias vendo homens politicos que concedem aos reis até o direito divino, e se um dia não lhes satisfazemos os caprichos, negam-n'os até o direito de pessoas decentes.

— Mas esses homens são uns maus cidadãos, que não deveram ter parte na acção dos partidos...

— Tem-n'a, porém, no gozo dos direitos constitucionaes.

— Mande, em fim, vossa magestade o que quizer, e eu lhe asseguro que poderá ir-se para o outro mundo sem o receio de que não o havemos de cumprir.

— Ouve-me, pois: Quando minha augusta filha che-

gar á edade de casar, que isso facilmente se conhece, has de participar-lh'o, já se sabe com as precauções com que ha que fallar de taes coisas ás raparigas, e mandarás lançar pregões por todos os reinos, annunciando que a vossa rainha e senhora decidiu casar-se e dará a sua mão ao principe que mais lhe agrade.

— Está muito bem, senhor; porém sabe vossa magestade que o mundo se divide geralmente em tres religiões, que são: a christã, a mahometana e a judaica. Supponho que vossa magestade terá já feito os seus calculos ácerca da religião a que deve pertencer seu augusto genro.

— Homem, francamente digo que ainda não pensei n'isso.

— Pois é coisa muito séria.

— Tira-te d'ahi, homem; são escrupulos sem valor. Bem sabes que no meu reino não ha religião alguma. Se hei de fallar verdade, por vezes pensei se conviria ou não que a houvesse, pois não falta quem julgue que não póde existir sociedade onde não haja religião; mas, no fim de contas, dizia sempre para com os meus botões: «Continuem as coisas como estão. Quem me manda ser redemptor? Que religião se póde manter em um paiz tão desmoralisado como este, onde é necessario mandar á cacetada? Fosse um homem, por exemplo, introduzir aqui a religião christã, segundo a qual todos somos eguaes. Bem andariamos desde o momento em que os escravos que tiram o coche soubessem que valem tanto como os senhores que vão n'elle muito repotreados».

— Figura-se, pois, a vossa magestade que a melhor religião é não ter nenhuma, não é assim?

— Homem, nem tanto ao mar nem tanto á terra. O que digo é, que não quiz nunca matar-me em pensar ácerca de coisas tão delicadas. Que minha augusta filha escolha marido a seu gosto, embora seja perro judeu, e tudo mais nada vale...

Assim acabou a conferencia do rei com os grandes do reino, e fez bem sua magestade em não deixal-a para o dia seguinte, porque n'aquella mesma noite sua magestade foi accommettido de um deliquio tamanho, que estirou as pernas sem dizer Jesus!

II

Como era de uso, assim que morreu o rei tratou-se da nomeação de uma regencia, que governasse o reino durante a menoridade de sua excelsa filha, e isto foi o pomo da discordia.

Sobre se a regencia havia de ser trina ou unica, ou se o regente havia de ser João ou Pedro, armou-se tal contenda que parecia que se abalava a terra. Optou-se a final pela regencia unica e a desordem acabou por então; mas os partidos politicos, para os quaes ver os seus contrarios á mesa do orçamento e ver o diabo, era a mesma coisa, começaram de novo a lucta, empregando as armas proprias. O regente era um velho militar, valente e honrado de quatro costados; porém era tambem fraco de intelligencia, e entendia tanto da arte de governar como um homem que nunca embarcasse podia entender da arte de navegar, e os seus adversarios não pararam em quanto não conseguiram que o expulsassem do paço.

O novo regente era mais esperto; mas, ao mesmo tempo, abespinhava-se tão facilmente, que, depois de subir ao poder, não se passava dia sem uma sublevação. Em consequencia de uma d'estas sublevações, caíu o regente, e nomeou-se uma regencia composta de tres individuos.

Até então fôra um só o que necessitava empregos para os amigos, um só o que aspirava a fazer-se rico á custa da nação, um só o que monopolisava as graças da joven princeza e um só o que governava mal. Multiplique-se, porém, um por tres, e poder-se-ha calcular a poeirada que se levantaria por causa da regencia trina!

Por fim, conheceu a princeza que se achava em edade de casar-se, porque isso conhecem as raparigas facilmente, e mandaram-se lançar pregões por todos os reinos, annunciando que daria a sua real mão ao principe que mais lhe agradasse.

Os primeiros que acudiram ao convite foram os judeus, que vestiam ricos trajos e tinham bom cuidado de fazer soar as loirinhas diante da princeza, julgando que para esta o vil metal teria tantos encantos como para elles; e em quanto os que estavam em estado de merecer faziam a côrte á princeza, os rabinos andavam pelos cerros pedindo a Deus que désse aos seus correligionarios a rapariga que lhes fazia falta.

Em seguida chegaram os mahometanos, e era para ver tantos moiros montados em cavallos mais ligeiros que o vento, escaramuceando e armando jogos de cavalhadas para ver se assim agradavam á princeza.

E por ultimo, chegaram os christãos, que, com as justas e os torneios, e a elevada cortezia com as damas, levavam de vencida o coração de todas as raparigas.

— Então, perguntou o presidente do conselho de ministros á rainha, em qual das tres religiões encontra vossa magestade marido que lhe agrade?

— Não sei que te diga, respondeu sua magestade. Uma escolha acertada não é coisa facil, e, a fallar verdade, agradam-me todos.

— Não duvido; mas vossa magestade ha de decidir-se por um...

— Asseguro-te que sinto deveras não poder decidir-me sequer por tres. Olha que entre os christãos ha bellos e gentis mancebos!... e até posso dizer que os ha tambem entre os judeus e os moiros!

— Em fim, disse o presidente do conselho, como isto não vae de uma vez, deixe vossa magestade que uns e outros lhe façam a côrte por alguns mezes, e depois poderá vossa magestade escolher com verdadeiro conhecimento de causa, porque para as raparigas a escolha de marido é operação que tem tres bemoes...

O presidente do conselho teve a honra de que sua magestade seguisse o seu parecer, e christãos, mahometanos e judeus, continuaram fazendo a côrte á real menina cuja mão ambicionavam.

(Continúa)

ANECDOTAS

Vindo um dia el-rei D. João III de ouvir missa na Annunciada, o cavallo se inquietou de modo, que el-rei, como era grosso e corpulento, ia a cair da sela. O primeiro que acudiu foi um escravo do duque de Bragança, D. Theodosio, que lhe servia de mandil e o levava sobraçado. Este o susteve nos braços; e o duque, tomando por sua a obrigação, pelo que amava ao rei, lhe deu logo alli em recompensa a liberdade.

Foram uma vez a palacio dois filhos do duque de Aveiro, o primogenito, que então era de pouca edade e depois morreu em Africa; e outro seu irmão, por nome D. Pedro Diniz. Elrei D. João III mandou cobrir o mais velho, e o outro não; do que indignado disse, quando voltou para casa, que, se lá tornasse, se havia de cobrir, ainda que el-rei lh'o não mandasse. Não faltou quem mettesse este dito no ouvido do rei, o qual, tornando elles ao paço, disse ao mais velho: *Cobri-vos;* e ao D. Pedro disse: *E vós cobri-vos tambem, para que vos não cubraes.*

P. João Baptista de Castro.

Lisboa — Typographia de Castro Irmão — rua da Boa-Vista — palacio do conde de Sampaio